



1

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

2 No dia doze de abril de 2012, no auditório da Fundação Luiz Eduardo Magalhães - FLEM, realizou-se
3 a vigésima segunda reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH.
4 Estiveram presente o presidente Eugênio Spengler, representante da Secretaria do Meio Ambiente –
5 Sema, o conselheiro Júlio Cesar Rocha Mota diretor geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos
6 Hídricos – Inema, Marcelo Nunes de Abreu - SEAGRI, José Olimpio Rabelo de Moraes - SEAGRI,
7 Mauricio José Nunes Ferreira - SEPLAN, Alcina Andrade - SESAB, Jurema Augusta Ribeiro Valença -
8 SECTI, Raimundo de Freitas Neves – SEDUR, Hélio Gamalho Vasconcelos – SICM, Gertha Merícia
9 Rios P. de Almeida – PGE, Eduardo Lima Vasconcelo – UPB, Evilásio da Silva Fraga – FAEB, João
10 Lopes – AIBA, Leila Marcia Souza Oliveira – ABAF, Demóstenes Miranda de C. Filho – CETREL,
11 Silvia Cristina de Souza Reis – BRASKEM, Marcos Galindo Pereira Lopes – FIEB, Sergio de Almeida
12 Bastos – COFIC, Eduardo Lobo Teixeira – Mineração Caraíba, Carlos Aberto de Oliveira Pereira –
13 Colônia de Pescadores Z-02 de Itapagipe, Rita Barbara Garcez Lima – Associação dos Amigos do Ilé
14 Ase Oya Tola, Anselmo José da Gama Santos – Associação Beneficente Pena Dourada, Julio
15 Cupertino dos Santos – Associação Comunitária Quilombola Baixão Velho, Bruno Jardim da Silva –
16 Escola Politécnica da UFBA, Renato dos Santos Andrade – SENGE-BA, Eduardo Henrique Rode –
17 CREA/BA, Selma Silva – ABES, Elaine Aparecida Rodrigues – Associação Fórum Pró Cidadania.
18 Júlio César Rocha Mota cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta.
19 Citou os pontos de pauta: apresentação da análise do balanço hídrico; balanço das reuniões
20 ocorridas dos Comitês de Bacias hidrográficas do Estado da Bahia no ano de 2011, bem como nesse
21 primeiro trimestre de 2012; informe sobre Edital de Renovação do Cepram. O conselheiro Júlio Cesar
22 Mota conduziu a reunião; fez comentários sobre a situação de oferta de água no Estado; ressaltou
23 que estava passando por uma crise muito grande com registros de conflitos, assim como escassez de
24 água, principalmente para o abastecimento humano; informou que foram realizadas como medidas
25 emergenciais duas reuniões com a Prefeitura e autoridades dos municípios de Seabra, Piritiba,
26 Mundo Novo e Miguel Calmon que são abastecidos pela Barragem do França; salientou que houve
27 uma provocação da Embasa com relação a variação de níveis da Barragem de Água Fria I e II que
28 abastecem o município de Vitória da Conquista; registrou que nas Bacias do Rio Jacuípe e Coxó se
29 dará início a uma ação conjunta com a Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais - Serin,
30 Secretaria da Agricultura, Recursos Hídricos e Irrigação - Seagri, Comitê da Bacia de Paraguaçu será
31 feito uma operação, visando apenas permitir o uso de água para abastecimento humano de
32 dessedentação de animal; registrou que estavam sendo identificadas muitas irregularidades através
33 de relatos, relatórios fotográficos a exemplo de barramentos irregulares, irrigação de pastagem e
34 cultura sem outorga; informou que será feito um sobrevôo para outras possíveis identificações;
35 registrou que a Embasa, a Sedur e Prefeituras estão sendo provocados a elaborarem os seus Planos
36 Municipais de Saneamento; passou para leitura e aprovação da ata da 5ª. Reunião extraordinária
37 deste Conselho, ocorrida no dia doze de dezembro de 2011; disse que fez revisão do texto e algumas
38 correções e ficou para ser apreciada na próxima reunião; fez comentários sobre a exposição feita
39 durante essa reunião referente à cobrança pelo uso da água, bem como os questionamentos
40 abordados; registrou que foi feito ensaios de arrecadação para manter uma Agência de Bacias ou
41 Entidade Delegatória, para que possa funcionar como secretaria executiva dos Comitês; salientou
42 que nesses ensaios a estratégia seria fazer duas agências nas regiões do Oeste Baiano e no Leste;
43 Em seguida, iniciou-se a escolha de um membro que representará este Conselho no Grupo de
44 Trabalho – GT para elaboração da minuta do Decreto regulamentador da Política Estadual de
45 Saneamento Básico; foram indicados os conselheiros Eduardo Lima Vasconcelos, do município de
46 Brumado, e Bruno Jardim na condição de titular e suplente respectivamente; em seguida passou a
47 palavra ao Sr. José Mario Guimarães Miranda – Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação
48 Para a Agricultura para fazer a apresentação sobre a Revisão do Plano Estadual de Recursos
49 Hídricos do Estado Da Bahia – PERH e sobre o Balanço Hídrico do Estado Da Bahia, abordando os

50 seguintes tópicos: Balanço Hídrico Das RPGA – Ano 2007, Entradas - Disponibilidades, Saídas -
51 Demandas ou Usos Da Água, Saldo - Entradas – Saídas, por fim se colocou a disposição para
52 aprofundar essas discussões em outras reuniões deste Conselho. O conselheiro Evilasio Fraga
53 propôs convidar o Sr. José Mario Guimarães Miranda para fazer uma apresentação específica sobre
54 o assunto em questão em reunião do Comitê da Bacia do Paraguaçu; questionou como transformar
55 esse potencial em disponibilidade para melhorar a disponibilidade de água na área de regiões mais
56 críticas. O Sr. José Mario Guimarães Miranda disse que as soluções são passadas conforme as
57 demandas; citou como exemplo o sistema de cisternas do Programa de Governo considerado ser
58 bem atendido. O conselheiro Sergio Bastos falou sobre a questão de se ter uma Rede de
59 Monitoramento, para que possa, tanto em qualidade quanto em quantidade, fazer uma medição,
60 visando tomar decisões corretas; questionou quanto custaria desentessar a rede de monitoramento no
61 Recôncavo Norte. O Sr. José Mario Guimarães disse que atualmente uma Estação desentessada,
62 monitorada via Satélite, fica em torno de 3 a 5 mil reais. O conselheiro Júlio Cesar Mota
63 complementou que essa região era considerada com maior número de informações, devido a grande
64 concentração econômica: informou que os pontos de monitoramento estão sendo ampliados, hoje
65 são 400, com meta de alcançar 550. O conselheiro Marcos Galindo solicitou expandir um pouco mais
66 as informações sobre os indicadores críticos que atingem a Região Metropolitana de Salvador. O Sr.
67 José Mario Guimarães disse que vários itens identificados resultaram aos indicadores críticos que
68 tem limitações, mas que permitem fazer uma priorização de ações desse tipo. O conselheiro Eduardo
69 Vasconcellos sugeriu que fossem apresentadas em reunião com os Prefeitos na UPB as ferramentas
70 úteis com informações técnicas capazes de sensibilizar os Senadores e Deputados da bancada da
71 Bahia; disse que em outros Estados se verifica a mobilização mais efetiva por parte dos
72 representantes do Congresso que efetivamente tem influência política junto ao Planalto; fez
73 observações quanto as informações sobre uso de água para fins agrícolas; O Sr. José Mario
74 Guimarães disse que uma das soluções será atualizar os Planos de Bacias, para que possa melhor
75 atender a demanda identificada; falou que, quanto ao processo de disponibilização, o Inema verificará
76 como disponibilizar os estudos. O conselheiro Julio César Mota esclareceu que essa era uma fase de
77 revisão do Plano Estadual muito importante, na qual está sendo contratada a elaboração de Planos,
78 para fins de detalhar e identificar as demandas; observou que, pelo tamanho do semi-árido e
79 população existente, serão necessárias soluções mais definitivas e demandar ações eficazes;
80 salientou que a idéia era avançar até 10 Planos de Bacias. O conselheiro Bruno Jardim fez algumas
81 considerações quanto ao entendimento do conceito de disponibilidade e potencialidade; sugeriu que,
82 além dos estudos de qualidade e quantidade de vazão, fosse incluso o estudo da vazão de sólidos;
83 enfatizou a necessidade de dar um suporte à Sema nesse momento de gestão; chamou a atenção
84 quanto aos índices propostos para utilização, tais como: índice de ativação da potencialidade que a
85 relação entre a vazão regularizada e a vazão média e o outro índice seria o de vazão de acumulação
86 e a relação do volume útil e o volume médio, além do índice de aproveitamento de reservatório;
87 esclareceu mais alguns tipos de indicadores. O conselheiro Julio César Mota ressaltou que esses
88 estudos e outros estarão disponíveis para o conhecimento de todos. O conselheiro Eugênio Spengler
89 registrou o seu atraso por conta de sua participação numa Oficina que estava ocorrendo para
90 consulta pública do ante projeto de Lei de Regulamentação de atividades da Apicultura e Pesca no
91 Estado da Bahia objetivando o envio desse Projeto, o mais breve possível, à Assembléia Legislativa,
92 considerando a pouca exploração dessa atividade; destacou que estava com algumas dificuldades
93 com o Projeto do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE; Informou que estava em fase de
94 conclusão um Termo de Referência para o mapeamento vegetal do Estado com o apoio do Ministério
95 do Meio Ambiente - MMA que fará um inventário de cobertura florestal do cerrado, efetivamente
96 também do Oeste baiano; registrou que o objetivo era integrar as ações de planejamento para
97 resultar em potencialidade; ressaltou que esses instrumentos têm que ser ferramentas de gestão; em
98 seguida se retirou por outros compromissos inadiáveis. O conselheiro Julio Mota retomou a condução
99 da pauta. O Sr. José Mário destacou que a apresentação se referiu ao Balanço Hídrico de revisão do
100 Plano Estadual de Recursos Hídricos e como o Estado pretende seguir nessa programação para
101 elaboração da revisão desse Plano. O conselheiro Júlio Cesar Mota fez um retrato das ocorrências
102 nos Comitês de Bacias durante o ano de 2011 e 2012 até o momento, após a mudança do sistema e
103 integração das políticas, considerando muitas demandas e falta de posicionamentos; destacou que

104 estão todos funcionando; citou que foram realizadas 26 reuniões ordinárias e 10 extraordinárias;
105 registrou que foram finalizados os Planos de Bacias do Leste; foi concluído o Termo de Referência do
106 Recôncavo Sul; informou que na região Paraguaçu ocorreu à segunda Licitação, quanto ao
107 Recôncavo Norte será estudada a possibilidade de uma contratação direta; disse que o Plano da
108 Bacia do Itapicuru será licitado com recurso da Embasa através da Companhia de Engenharia Rural
109 da Bahia - Cerb; esclareceu que o Rio Salitre encontra-se com estudo lento, necessitando de uma
110 ação mais urgente, mas contava com medidas compensatórias e mitigadoras; quanto ao Rio Jacaré a
111 previsão é firmar um Termo de Compromisso com a empresa que foi autuada, sob forma de
112 compensação; o Plano de Bacia dos rios Grande e Corrente será executado através de um Consórcio
113 que ganhou a concorrência; registrou que foram executados alguns cadastros fora dos Planos, mas a
114 partir do Plano do Rio Corrente, os demais serão incluídos dentro do próprio plano. O conselheiro
115 Sergio Bastos sugeriu que, com relação aos procedimentos de Cadastro, seja permitido que a
116 empresa interessada se posicione. A Sra. Erica Valesca Meireles Campos da coordenação de
117 recursos hídricos do Inema disse que uma das propostas foi a de separar dentro do Termo de
118 Referência - TR os serviços, ou seja, ter Cadastro de Usuários como serviços independentes para
119 efeito de Licitação; registrou que existia um grande problema com relação à junção de um Plano de
120 Conservação de Biodiversidade nessa Licitação, criando dificuldades; falou que considerava ser um
121 plano completamente diferente de Planos de Bacias, além da questão financeira. O conselheiro Júlio
122 Cesar Mota relatou que houve algumas deliberações do Comitê do Recôncavo Norte; disse que foi
123 discutido sobre a composição de Câmaras Técnicas de Planos, Projetos e Programas e sobre a
124 situação do município de Piritinga que tem poços explorando água para beneficiar outros municípios;
125 ressaltou a participação no encontro de Comitês de Bacias no Estado do Maranhão; ressaltou que há
126 uma necessidade de parceria entre o setor produtivo e o Governo para solucionar questões
127 ambientais, de recursos hídricos, realizar os estudos dos mananciais do Recôncavo Norte e para
128 solucionar também problemas sobre a questão da poluição hídrica por esgoto maltratado entre a
129 região de Camaçari e Simões Filho relacionados com Joanes I (obras em andamento); salientou a
130 necessidade de uma maior fiscalização e regularização na área ambiental, saneamento e
131 abastecimento no Recôncavo Norte no município de Inhambupe, bem como aguardava Curso de
132 Capacitação do II Modulo, participação no Fórum Baiano de Comitês de Bacias; informou que foi feita
133 minuta do Decreto de criação para os Comitês dos municípios de Frades, Buranhem e Santo Antonio;
134 foi discutido o relatório de assoreamento do rio Jequitinhonha e outras ações; enfatizou que os
135 Comitês são considerados órgãos Máximos e independentes. O ponto de pauta passou ao que
136 Ocorrer: O conselheiro Sergio Bastos sugeriu que fosse informado o que era Pacto Nacional pelas
137 Águas. O conselheiro Julio Cesar Mota registrou que será disponibilizado o documento referente ao
138 Pacto pelas Águas a todos e esclareceu que a Agencia Nacional de Águas – ANA, é considerado
139 como Órgão catalisador de efetiva implementação das políticas contidas no Pacto e poderá dispor de
140 recursos para apoiar, ou então buscar esses recursos no esforço de implementar a política de
141 recursos hídricos nos Estados do Brasil; salientou que a finalidade era fazer com que os Estados
142 avançassem na política de recursos hídricos. A conselheira Leila Oliveira registrou que tinha assuntos
143 pendentes para serem resgatados, discutidos e implementados neste Conselho; se colocou à
144 disposição para contribuir na formulação da pauta da próxima reunião. O conselheiro Eduardo
145 Henrique Rode fez algumas observações como representante da Sociedade Civil no Conerh e
146 questionou sobre as falta de reuniões da Câmara de Compensação há algum tempo, bem como a
147 não realização de reuniões da COE, assim como não foi convocado para nenhuma outra reunião que
148 porventura tenha ocorrido da Comissão do ZEE. O conselheiro Júlio Cesar Mota informou que não
149 estava ocorrendo reuniões do ZEE. Em seguida passou para alguns informes sobre o processo de
150 renovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepam; a Sra. Marília Gavazza falou sobre os
151 procedimentos e divulgou datas para inscrição. Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi
152 encerrada. Eu, Eliuda Soares lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais membros
153 integrantes deste Colegiado. Salvador, 12 de abril de 2012.

154 **Presidente:** Eugenio Spenlger

155 **Secretaria Executiva:**

156 Mariana Mascarenhas

- 157 **Membros:**
- 158 Júlio Cesar Rocha Mota – INEMA
- 159 Marcelo Nunes de Abreu - SEAGRI
- 160 José Olimpio Rabelo de Moraes - SEAGRI
- 161 Mauricio José Nunes Ferreira – SEPLAN
- 162 Alcina Andrade - SESAB
- 163 Jurema Augusta Ribeiro Valença - SECTI
- 164 Raimundo de Freitas Neves – SEDUR
- 165 Hélio Gamalho Vasconcelos – SICM
- 166 Gertha Merícia Rios P. de Almeida – PGE
- 167 Eduardo Lima Vasconcelos – UPB
- 168 Evilásio da Silva Fraga – FAEB
- 169 João Lopes – AIBA
- 170 Leila Márcia Souza Oliveira – ABAF
- 171 Demósthene Miranda de C. Filho – CETREL
- 172 Silvia Cristina de Souza Reis – BRASKEM
- 173 Marcos Galindo Pereira Lopes – FIEB
- 174 Sergio de Almeida Bastos – COFIC
- 175 Eduardo Lobo Teixeira – Mineração Caraíba
- 176 Carlos Aberto de Oliveira Pereira – Colônia de Pescadores Z-02 de Itapagipe
- 177 Rita Barbara Garcez Lima – Associação dos Amigos do Ile Ase Oya Tola
- 178 Anselmo José da Gama Santos – Associação Beneficente Pena Dourada
- 179 Julio Cupertino dos Santos – Associação Comunitária Quilombola Baixão Velho
- 180 Bruno Jardim da Silva – Escola Politécnica da UFBA
- 181 Renato dos Santos Andrade – SENGE-BA
- 182 Eduardo Henrique Rode – CREA/BA
- 183 Selma Silva – ABES
- 184 Elaine Aparecida Rodrigues – Associação Fórum Pró Cidadania.
- 185 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**
- 186 Clarice Souza Xavier;
- 187 Marília Gavazza.